

.INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DESAFIOS PARA O QUADRIÊNIO – Grupo de Trabalho FORPRED

1 Considerações iniciais

“Hemos resultado llamar a todas las cosas por el nombre que tienen”
(**Manifiesto Liminar da Reforma de Córdoba de 1918**. Federación Universitaria de Córdoba – FUC)

“Mujeres y hombres de nuestra América, los vertiginosos cambios que se producen en la región y en el mundo en crisis nos convocan, a luchar por un cambio radical por una sociedad más justa, democrática, igualitaria y sustentable” (**CRES 2018**. Declaración de Córdoba).

A ANPEd, há algum tempo, tem procurado interpretar o fenômeno da Internacionalização da Educação Superior e buscado fortalecer as atividades de cooperação internacional que reforçam os elos da solidariedade e o conceito da educação como um bem público e um direito humano, em contraposição às tendências de transnacionalização da educação superior que interpretam a educação superior como uma mercadoria em um suposto mercado de serviços mundializado como projetado pela Organização Mundial do Comércio.

Assim, conforme decisão do Fórum de Pós-Graduação em Educação (FORPRED) da ANPEd, na última reunião de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação, havida em Fortaleza em 2017, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) como objetivo de apresentar um levantamento de questões relacionadas à internacionalização da educação superior no Brasil.

Neste sentido, como é sabido, a internacionalização não é um fenômeno novo no campo da educação superior. No Brasil, por exemplo, pode-se lembrar que a Universidade de São Paulo (USP) foi fundada em 1934 por iniciativa do Estado de São Paulo, mas com o apoio de missões acadêmicas vindas do exterior¹. E não se pode esquecer do chamado do

¹ Lembra da missão francesa (...) relatada por Miceli ...

Entre os estrangeiros, foram docentes e pesquisadores na USP, na década de 1930, os franceses Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss. Como lembra o Renato Janine Ribeiro, “no começo da década de 1930, criam-se as duas primeiras universidades brasileiras, a saber, a Universidade do Brasil, em 1931 (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, em 1934, a Universidade de São Paulo (...). O projeto da USP teve por espinha dorsal a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – que mais tarde, em 1969-70, seria cindida em oito institutos diferentes. A idéia era dar, a uma série de faculdades de forte vocação profissional, que formavam advogados, engenheiros, médicos, dentistas e agrônomos, um contrapeso e uma fundamentação na pesquisa científica. Uma faculdade que mesclaria as ciências exatas, as biológicas e as humanas, tendo em comum o foco na pesquisa, assim conferiria à USP o seu sentido de universidade. Para tanto,

Manifesto Liminar da Reforma de Córdoba de 1918, não só a Córdoba, mas a toda América Latina e Caribe, pois, como ressaltavam os jovens de Córdoba, “estamos vivendo uma hora americana”

Se, portanto, a via, mesmo quando colonial, sempre foi de mão dupla e registrou movimentos de brazialinismo, latinoamericanismo e cosmopolitismo, na atualidade, entretanto, a proposição da internacionalização acadêmica no Brasil, vem ocorrendo em um complexo contexto de crise, agravada, em especial, a partir da crise global de 2008 e da transição imposta pelo Parlamento brasileiro, em 2016, por intermédio de impeachment da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016). Desde então, o vice-presidente na chapa eleita, Michel Temer (2016-?), passa a aplicar um programa econômico de restrição orçamentária e de preservação de lucros para o Capital Financeiro². Para ilustrar, vale destacar o que diz o texto **Ponte para o Futuro**: “nossa crise é grave e tem muitas causas. Para superá-la será necessário um amplo esforço legislativo, que remova distorções acumuladas³ (...)”. (2015, p. 5).

Desta forma, não se pode desconsiderar que, nesta conjuntura, logo após tomar o poder, o governo de Michel Temer inicia reformas regressivas no País, sendo a primeira a reforma fiscal, denominada de Novo Regime Fiscal (NRF), aprovada com facilidade no Congresso, congelando o gasto público em termos reais por 20 anos⁴ (Azevedo, 2016; Gouveia, Azevedo e Mendes, 2017)⁵. Neste sentido, é importante ressaltar, no que se refere à cooperação internacional e aos programas de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) no Brasil, especialmente aqueles que promovem o intercâmbio entre instituições nacionais e estrangeiras, que o NRF compromete a promoção de políticas de internacionalização,

foram convidados professores europeus; no caso da Filosofia, franceses.”

²A “Ponte para o Futuro” de Michel Temer, contraditoriamente, continuou o que, infelizmente, Dilma Rousseff, na tentativa de construir pontes com setores conservadores no Brasil, nomeadamente o setor financeiro, propugnou um choque fiscal por intermédio da equipe econômica, liderada por Joaquim Levy. O portal G1, do grupo Globo, em matéria assinada por Alexandre Martello e Darlan Alvarenga, registrou: “Durou menos de 1 ano a passagem de Joaquim Levy pelo comando do Ministério da Fazenda. Principal nome da equipe do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, alçado ao posto para o desafio de arrumar as contas públicas, o economista apelidado de “mãos de tesoura” deixa o governo após uma sequência de derrotas em sua batalha para promover o chamado ajuste fiscal – plano de austeridade para reequilibrar as contas públicas” (08 Janeiro 2016)

³ Distorções acumuladas? seriam as políticas sociais de inclusão e de promoção da cidadania? Ou seria a remoção da Presidente Dilma Rousseff e a equipe de Governo responsável pela promoção destas políticas (a “mão esquerda” do Estado como diria Pierre Bourdieu)?

⁴ A Emenda Constitucional EC 95 circulou na Câmara Federal como proposta de Emenda Constitucional 241/2016 e no Senado como PEC 055/2016.

⁵ De acordo com Azevedo, o Novo Regime Fiscal (NRF), aprovado como Emenda Constitucional EC 95, “congela as despesas primárias (gastos e investimentos, em especial nas áreas sociais) e não toca nas despesas financeiras (juros e amortizações sobre a dívida pública). O Poder Executivo, ao propor o NRF e obter sua aprovação no legislativo, busca a legalização da reação da ‘mão direita’ do Estado contra os avanços (e os futuros atos) da ‘mão esquerda’, constitucionalizando o constrangimento da oferta de bens públicos” (2016, p. 237).

produção do conhecimento e circulação de ideias para as quais são necessárias o devido financiamento público. A propósito, em recente “Carta Aberta da ANPED à presidência da República sobre cortes no orçamento da CAPES”, assinada pela presidência da ANPED e pelo coordenador e pela vice-coordenadora do FORPRED, denuncia-se que

as medidas em curso no Brasil estão pondo em risco o sistema de pós-graduação e de pesquisa arduamente implantado ao longo de décadas. A CAPES tem sido alvo de uma contínua diminuição do seu orçamento. Em 2015, o orçamento da CAPES era de R\$ 7.433.665.299,00; em 2018, não ultrapassa R\$ 3.974.926.822,00, representando uma diminuição de 46,5%. O recurso destinado a bolsas no País e ao fomento da pós-graduação caiu de R\$ 2.210.295.672,00 e R\$ 176.759.455,00 respectivamente, em 2015, para R\$ 2.072.156.792,00 e R\$ 71.899.751,00, em 2018, um decréscimo de 6,2% e 59,3%, sem considerar a inflação o crescimento na quantidade de cursos e alunos de pós-graduação no período (ANPED, 09 ago 2018).

Grave ainda é o fato de o NRF barrar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, sobretudo a meta 20 desse PNE, a qual estabelece o compromisso de Estado em ampliar a participação orçamentária da educação pública no Brasil de modo a atingir “o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio” (BRASIL, 2014). Especificamente, ainda em relação ao PNE 2014-2024, o NRF coloca abaixo a estratégia 4.16, que prevê a inclusão dos profissionais da educação em cursos de pós-graduação, e a Meta 14, que pretendia alcançar a marca de anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores titulados no SNPG (BRASIL, 2014).

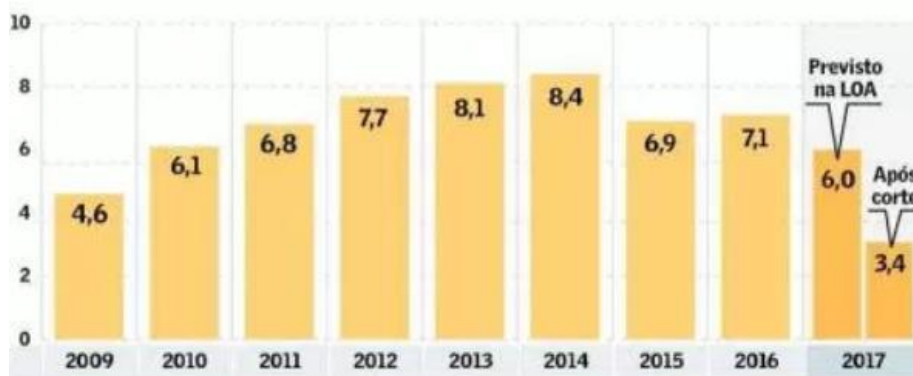
Além do contingenciamento de verbas pelo NRF, a internacionalização da educação da superior também se depara, neste mesmo contexto, com as reformas trabalhista e previdenciária. Assim, essas três reformas combinadas promovem um retrocesso na ciência e na produção científica no Brasil, ocasionando, para além da paralisia de laboratórios e pesquisas, uma nova onda de *brain-drain* (fuga de cérebros), a maior dependência do País à ciência e à tecnologia estrangeiras, enfraquece as redes de colaboração em que a internacionalização também permite ser vista de modo não monolítico, não linear e nem sempre tendencialmente hegemônico, em uma perspectiva de *cosmopolitismo* (SANTOS, 2007). Como evidência pode-se citar matéria publicada no Jornal **O Valor Econômico** em que é registrado que, na UFRJ, somente um grupo de pesquisas, que é coordenado pelo professor Sérgio Ferreira,

“perdeu cinco dos 50 pesquisadores de graduação e pós-doutorado que integram sua equipe, dedicada a entender as causas e apontar novos

tratamentos contra o Alzheimer. Duas cientistas foram trabalhar em um laboratório no Canadá; outros três estão indo embora para Nova York (...). Sem recursos para pagar itens básicos, como a compra de reagentes químicos, manutenção de equipamentos ou ratos de laboratório, grande parte dos trabalhos que ele orienta há anos será perdida sem que tenham respondido às perguntas a que se propuseram (Guimarães, 09 maio 2017).

Verba escassa

Total anual pago pelo governo federal ao MCTIC - em R\$ milhões



Fonte: Portal da Transparência e Contas Abertas.

*Em 2016, passou a chamar Minist. da Ciência, Tecnol. Inov. e Comunicações

Os cortes e os contingenciamento de verbas públicas para a ciência, tecnologia e inovação acontecem justamente, ainda falando no contexto dessas três reformas, no decorrer da “quarta revolução tecnológica”⁶ ou de “smart factory” (da indústria inteligente), que é caracterizada pela automação, pelo sistemas cibernéticos, pela Internet das coisas e pela computação em nuvens (SCHWAB, 2016; AZEVEDO, OLIVEIRA e CATANI, 2016); da “economia baseada no [cerceamento do] conhecimento”⁷ (AZEVEDO, 2013) e da internacionalização [e da transnacionalização] e da Educação Superior e da ciência (AZEVEDO, 2015).

Diante deste quadro, o debate sobre Internacionalização da Educação Superior, em especial, aqui, da Pós-Graduação em Educação, precisa enfrentar questões que pareçam de

⁶ “as três revoluções antecedentes possuem, esquematicamente, características marcantes. A primeira revolução industrial usou a água e o vapor como força mecânica. A segunda utilizou a energia elétrica para criar a produção em massa. A terceira aplicou a eletrônica e a tecnologia da informação para automatizar a produção” (Azevedo, 2016, p. 785).

⁷ A economia baseada no [cerceamento do] conhecimento não é exatamente uma mudança de paradigma em que se saltaria para uma economia baseado em serviços e na produção de bens de alto valor agregado. Seria, para além do reconhecimento do valor do conhecimento e da ciência, uma ideologia de inculcação de habitus individualista, de responsabilização do trabalhador por sua empregabilidade, de mercadorização da oferta da educação e do ‘cerceamento’ (expropriação) do conhecimento. A economia baseada no conhecimento pouco muda a situação de submissão da força de trabalho ao controle capitalista. Mas, pode contribuir para o acirramento das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção [distribuição de poder e de renda na sociedade baseada na troca de mercadorias] (Azevedo, p. 109-110).

mais fácil resolução no passado recente e que, mesmo, pareciam superadas como o avanço do Brasil em termos de financiamento à pesquisa, à pós-graduação, à consolidação de conquistas em C, T e I e em termos de solidariedade acadêmica internacional, nomeadamente a cooperação Sul-Sul, a exemplo da cooperação com os países da América Latina e Caribe e da Lusofonia.

1. Qual internacionalização é possível para a área? Qual internacionalização nos interessa?

O necessário debate sobre a internacionalização da educação superior pressupõe que se defina o sentido e o significado da expressão “internacionalização”. Algo tão polêmico que, para ilustrar, Hans De Wit elenca nove “concepções enganosas” de internacionalização e Jane Knight chama a atenção para cinco “mitos” a respeito da internacionalização da educação superior. Procurando interpretar estes questionamentos de Knight e De Wit, Azevedo ressalta que

a internacionalização da educação superior **não é um fim em si mesmo, mas é um processo de integração** das dimensões internacional, intercultural e global às atividades próprias das instituições acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e as suas metas e funções, em especial a formação de pessoal nas diversas modalidades de educação superior (2012, p. 4). A internacionalização da educação superior, potencialmente **é processo e meio para a integração, a interculturalidade e o diálogo** entre diferentes IES (nacionais e estrangeiras) e para a justa consecução do plano de desenvolvimento das universidades, logo de suas missões precípua, acordado pelas instâncias colegiadas acadêmicas, sob a proteção constitucional em cada país e **estimuladas por políticas públicas que visam, ao mesmo tempo, à internacionalização solidária, às mudanças sociais e a integração regional** (Mercosul, América do Sul, América Latina, Caribe, Europa, etc. (2014, p.101-102)

Isto porque a internacionalização deve ser consequência de um projeto acadêmico e de sociabilidade que contempla a perspectiva de formação humana e de desenvolvimento social com as essenciais marcas da solidariedade, da interculturalidade e do respeito mútuo. Mas, como contradição, Azevedo (2014) percebe que, sob a justificativa de se promover a internacionalização, pode-se estar promovendo a competição, o produtivismo acadêmico e estratégias de domínio político de um país (ou região) sobre outros no contexto das relações internacionais. Os rankings e a competição pela atração de estudantes estrangeiros para suas IES pagas são exemplos dessa competição e também da dominação e da venda de serviços

educacionais⁸. Em entrevista, concedida a João Marcos Veiga para o portal da Anped, Azevedo destaca algumas características do que poderia ser classificado como internacionalização da educação superior:

o campo acadêmico tem procurado demonstrar sua internacionalização por intermédio de ações, entre outras, tais como a mobilidade transfronteiriça de estudantes e professores, as parcerias e convênios com instituições estrangeiras e a docência e a comunicação de resultados de pesquisa em línguas estrangeiras. Entretanto, tais ações necessariamente não correspondem automaticamente ao que se conceitua como internacionalização. Há um sério perigo de se estar carreando esforços para a transnacionalização da educação superior, algo mais próximo da formação de um mercado global de educação superior. A prova de que se está fazendo internacionalização e não transnacionalização seria atentar se as ações e as políticas de promoção da circulação internacional de ideias consideram os princípios de solidariedade, reciprocidade, interculturalidade, justiça social e respeito mútuo. Assim, sem querer fornecer uma receita, mas os atores sociais comprometidos com estes valores podem balizar suas ações por estes princípios, procurando isentarem-se de carrear esforços para a formação de um mercado mundializado ou transnacionalizado de ensino superior, em que a competição, os rankings e a educação como mercadoria tornem-se preponderantes (27 de julho de 2017).

Além disto, a circulação de pesquisadores e a formação de quadros mais internacionalizados é mais um dos aspectos que precisam ser adequadamente dimensionados para que não ocorra o que vem sendo chamado de “internacionalização passiva”, uma internacionalização em uma única direção, perdendo-se objetivos solidários e globais. Muito menos vale um enfoque inaugurativista. O cuidado em registrar a existência de movimentos em todas as áreas de conhecimento e sobretudo da educação aponta para teias antigas, com texturas de desigualdade e disputa, com invisibilidades produzidas (SANTOS, 2010). Ainda, Luiz Antônio Cunha, em 1972 entendia ser preciso pensar de modo menos ingênuo as políticas educacionais (Cunha, 1977, p. 9). Este conjunto de questões parecem permitir situar a questão da internacionalização da Pós-Graduação em Educação a partir de quatro âmbitos e

⁸ A Educação superior, diferente de ser um direito social e um bem público, é tratada como uma mercadoria de um suposto mercado de serviços nos EUA. O editor de Artes do **New York Times Style Magazine**, MH Miller, em depoimento publicado no Jornal **The Guardian**, declara que ao completar seus estudos na New York University, em Literatura Inglesa, sua dívida era maior do que US\$100 mil dólares (mais de R\$400 mil Reais – conversão em 26 de agosto de 2018). Em suas palavras, “I am just one of 44 million borrowers in the US who owe a total of more than \$1.4 trillion in student loan debt” (21 ago 2018). Tradução: “Eu sou apenas um dos 44 milhões de mutuários nos EUA que devem um total de mais de US \$ 1,4 trilhão em dívidas de empréstimos estudantis [R\$5,6 trilhões de dívida em conversão para a moeda brasileira em 26/08/2018]”. Chama também a atenção o contido em matéria publicada pela BBC-Brasil, reproduzida pela Folha de S. Paulo: “Formada e pósgraduada em duas das melhores universidades americanas, Carolyn Chimeri imaginava que teria uma vida mais confortável que a de seus pais, que jamais foram para a faculdade. Após completar o ensino superior, porém, ela acumulou uma dívida de US\$ 238 mil (R\$754 mil) e hoje rala para quitar as prestações com um salário de professora, aos 29 anos de idade” (BBC-Brasil/FSP, 17 ago 2016).

problemas: o consumo da produção científica; o diálogo com a produção mundial; a divulgação da pesquisa e a produção cooperativa/solidária.

Problematizando o âmbito do consumo, lembramos que há uma circulação intencional, que pode apresentar tendências contra hegemônicas, que pode ser rastreada por meio das citações, publicações, traduções. Ao longo de nossa trajetória como associação esse debate foi enfrentado, por exemplo, em diversos trabalhos apresentados por Antônio Flávio Barbosa Moreira no GT 12 Currículo entre os anos 1990 e 2000. Nesse sentido,

Alice Lopes (2013) contextualiza e analisa o campo, a partir dos anos 2000, apontando que os estudos críticos ainda estão em voga (p. 13). Argumenta que, nos estudos curriculares brasileiros, os debates entre estudiosos críticos e pós-críticos persistem. Ela comenta sobre a influência que as publicações, traduções e artigos de Tomaz Tadeu da Silva tiveram em estabelecer os cânones do campo. Ele, como um teórico do currículo, tradutor, editor e um intelectual realmente preocupado com a política conseguiu inclinar o campo em favor dos teóricos críticos. (OLIVEIRA, SUSSEKIND, 2017)

O primeiro âmbito ou desafio pode ser identificado como “consumo”, ou seja, acesso à produção internacional. Este tema percorre a iniciativa do Portal de Periódicos mantido pela CAPES, como parte de uma política que tem um alto protagonismo da SBPC na defesa dos recursos para manutenção anual do conjunto de revistas internacionais que compõe o portal. Dados de execução orçamentária da CAPES indicam a aplicação, desde de 2004, de recursos regulares para a manutenção da política, sendo que o investimento em 2016 foi de aproximadamente 360 mil reais.

O acesso a um número expressivo de periódicos internacionais que tem custo elevado para os pesquisadores individuais é importante em termos de política pública e amplia as possibilidades das revisões de bibliografia e do uso da produção recente no âmbito das disciplinas na pós-graduação. Este processo tem como desafio a língua (sem desviar, ressaltamos a existência de importante debate sobre as questões epistemológicas e políticas da tradução, SANTOS, 2007) e a cultura de mapeamento da produção. Consumir a produção internacional na área implica em olhar os objetos de pesquisa além de suas manifestações locais e abrir possibilidades teóricas e epistemológicas mais abrangentes que possibilitem ampliar o olhar sobre a empiria. Mesmo quando o foco da pesquisa empírica é local é possível olhar para outras interpretações e outras formas de construção do objeto, porém isto implica em uma cultura de revisão bibliográfica que nem sempre está desenvolvida.

O segundo desafio tem relação com esta cultura de interlocução com a bibliografia ou com a produção científica internacional. As experiências de circulação de pesquisadores pela

via de publicações, doutorados-sanduíche, pós-doutorados no exterior e participação em eventos científicos tem também a função de contribuir para a construção dessa cultura de interlocução, pois, para compreender as análises - especialmente no campo das ciências humanas, onde está a educação - a compreensão dos contextos e das formas como os pesquisadores constroem os objetos de pesquisa é tão importante quanto o próprio resultado da pesquisa.

O terceiro desafio ou problema é a divulgação da pesquisa brasileira no cenário científico internacional. Mas, aqui cabe perguntar: o que consideramos cenário internacional? O consumo da produção científica recente via portal de periódicos tem, em tese, a capacidade de potencializar nosso diálogo com autores contemporâneos internacionais e, com isto, ampliar a possibilidade de interlocução. Neste item, a questão da língua novamente se coloca como tema pois as grandes bases de dados privilegiam a língua inglesa, prejudicando, deste modo, a diversidade, que fica comprometida por um certo cenário científico.

O quarto problema, ou âmbito de questões a serem enfrentadas, se relaciona com a possibilidade de produzir pesquisa de forma cooperativa internacional. Neste caso, o trabalho coletivo é primordial e a possibilidade de fazer avançar o conhecimento implica continuidade de financiamento que garanta estabilidade na interlocução. As formas de bolsa individuais são portas de entrada, porém apenas políticas de longo prazo, que coloquem condições de grupos de pesquisa estabelecerem diálogo, permitirão o avanço no conhecimento.

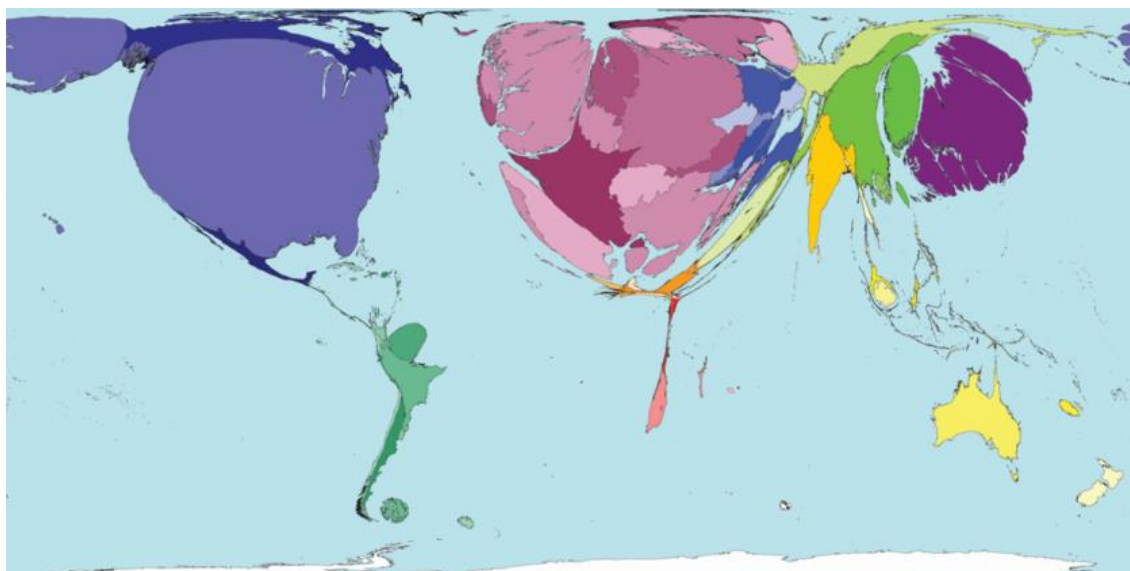
O contexto do golpe, os riscos para a democracia e o desafio de reverter a Emenda 95/2017 no contexto que se anuncia, colocam um elemento de conjuntura bastante mais complexo no debate de como financiar uma política de internacionalização que tenha algum sentido de equidade (e justiça cognitiva⁹, 2010) no contexto continental brasileiro. Como pano de fundo de toda estas questões temos os contextos específicos do Brasil, com a produção científica em língua portuguesa em um país semiperiférico, bem como os debates no âmbito das políticas de educação uma área – a despeito de todas as lutas – ainda semiperiféricas também. Varela, em um instigante estudo sobre as questões da globalização do currículo, traz alguns elementos, que nos ajudam a pensar estas questões.

...segundo o relatório, os EUA, a UE e a China, o Japão e a Rússia, que, em conjunto, detêm cerca de 35% da população mundial, possuem mais de três

⁹ Justiça cognitiva é uma noção que aparece em Santos (2010) e sugere que a pluralidade e a co-existência de diferentes conhecimentos é emancipatória e cria justiça no campo dos saberes. Essa pluralidade parte do reconhecimento da existência de conhecimentos vítimas do epistemicídio cometidos pela Ciência e pela Técnica na Modernidade. Em 1997, o pensador indiano Shiv Visvanathan usou a expressão “cognitive justice” no livro “A Carnival for Science: Essays on science, technology and development” pela primeira vez no mesmo contexto.

quartos dos investigadores do globo. “Em contraste, um país populoso como a Índia ainda representa apenas 2,2% do total mundial, e os continentes inteiros da América Latina e da África representam 3,5% e 2,2%, respectivamente” (UNESCO, 2010, p.10). (Varela: 2015, p. 50).

A situação explicitada pelo relatório foi “desenhada” pela Science em um retrato que ficou conhecido como o “estranho mapa do mundo” da produção científica que, praticamente, “apaga” os países do hemisfério Sul:



Fonte: <http://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>: acessado em 30/07/2017

Obviamente, conforme já apontado, a questão da produção científica tem relação direta com a produção da riqueza no País em que se produz ciência, como diria o ditado popular “capital chama capital” ou, tendo por referência Pierre Bourdieu, o capital econômico contém a propriedade de operar conversões em capital cultural e em capital científico. A concentração da capacidade de produção científica nos países centrais (concentração de capital nas capitais da ciência) torna os países periféricos e semi-periféricos em consumidores de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I). Para tornar ainda complexa esta situação, associe-se a isto o fato de que as condições educacionais não são nada favoráveis na maioria desses países dependentes. Ademais, estas carências científicas e educacionais impactam negativamente nas iniciativas dos países do Sul interferirem nas agendas globais para a ciência e a educação.

The dialogue of the sciences, of East and West, need no longer be conducted across the old dichotomies of tradition and modernity, of development and underdevelopment. Nor can we survive on the categories the West provides us in terms of democracy, property or rights. We have to invent words in English to say what the West cannot. The search for cognitive justice is a

step in that direction, an attempt to realize that while the West is a part of us, the words we borrowed from it may have different career graphs. We need 'thought experiments' that disturb both worlds and allow both the self and other to confront each other in a kaleidoscope of new experiences. (VISVANATHAN, 2009)¹⁰

Além da concentração da produção científica no Norte Global, o inglês como língua “oficial” da circulação científica afeta os países do Sul Global. Ainda que a produção seja grande nos países do Sul, a circulação e citação das referências do Norte é avassaladora, sendo que essa desigualdade em termos de circulação também estimulada pelos próprios cientistas dos países periféricos:

A América Latina cita autores asiáticos e africanos numa margem de 0% a 0,5% em todo o período, ao passo que em 2005 as menções a autores americanos alcançaram 56,2%. Em todo o período, a citação intrarregional diminuiu notavelmente. Outra constatação importante refere-se ao alto nível de citação endógena na América do Norte, que alcança 78,1% em 2005 e, juntamente com o aumento das citações de autores europeus no bloco euro-americano, concentra 98,5% do total de citações na América do Norte. (Beigel, 2013, p. 177)

No caso do Brasil, especificamente, a situação de país semiperiférico e de produção em língua portuguesa nos coloca o compromisso de refletir como estabelecer um diálogo com a circulação e a produção científica em inglês, ao mesmo tempo em que auxiliamos no desenvolvimento de uma perspectiva de produção que se volte para a produção e circulação dos autores latinos e dos países e regiões de língua portuguesa numa perspectiva contra hegemônica. Nesse sentido, nosso entendimento de internacionalização possível e desejável é aquela que luta contra as injustiças sociais, contra os epistemicídios, contra toda forma de violência e opressão tomando a direção do Sul epistemológico.

Referências

ANPEd. **Carta Aberta da ANPEd à presidência da república sobre cortes no orçamento da CAPES**. Extraído de < <http://www.anped.org.br/news/carta-aberta-da-anped-presidencia-da-republica-sobre-cortes-no-orcamento-da-capes> >. Acesso em 25 ago 2018

¹⁰ O diálogo das ciências, do Oriente e do Ocidente, não precisa mais ser conduzido através das velhas dicotomias da tradição e da modernidade, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Nem podemos sobreviver nas categorias que o Ocidente nos fornece em termos de democracia, propriedade ou direitos. Temos que inventar palavras em inglês para dizer o que o Ocidente não pode. A busca por justiça cognitiva é um passo nessa direção, uma tentativa de perceber que enquanto o Ocidente é uma parte de nós, as palavras que tomamos emprestadas podem ter diferentes gráficos de carreira. Precisamos de "experimentos mentais" que perturbam os dois mundos e permitem que tanto o eu como o outro se confrontem em um caleidoscópio de novas experiências.

Azevedo, M.L.N. **Internacionalização da Educação**. Entrevista concedida a João Marcos Veiga. Portal da ANPEd. Extraída de <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-mario-azevedo-uem-internacionalizacao-da-educacao>>. Publicada em 27 Julho 2017. Acesso em 31 Julho 2017.

_____. Transnacionalização e Mercadorização da Educação Superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. *Rev. Inter. Educ. Sup.*[**RIESup**] Campinas, SP v.1 n.1 p. 86-102 jul./set. 2015. ISSN 2446-9424.

_____. A internacionalização da Educação Superior em questão: mitos, enganos e verdades. **Horizontes LatinoAmericanos** - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educacional. v. 3, n. 1 (2014), pp. 99-110

_____; Oliveira, J.F.; Catani, A.M. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. **RBPAE** - v. 32, n. 3, p. 783 - 803 set./dez. 2016, pp. 783-803.

BBC-Brasil/FSP. A vida dos estudantes americanos com dívidas acima dos R\$ 500 mil. Extraído, de 21 ago 2018, <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1803896avidadosestudantesamericanoscomdividasacimadosr500mil.shtml>>, acesso em 20 ago 2018

BEIGEL, F. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. In. *Nueva Sociedad*, edição especial em português, setembro de 2013, pp. 168-180. www.nuso.org

BRASIL. **EMI nº 83/2016/MF/MPDG**. Brasília: Câmara Federal, 2016a,

_____. **PEC 241**. Brasília: Câmara Federal, 2016b

_____. **PEC 055**. Brasília: Câmara Federal, 2016c

_____. **EC 095** - Novo Regime Fiscal. Brasília: Câmara Federal, 2016d.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação – **PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010, 2 v. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em: 30 Julho 2017. BOURDIEU, P. **Contre-feux**. Paris:Éditions Liber-Raisons d'Agir, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 -.

CRES 2018. **Declaración de la III Conferencia Regional de la Educación Superior 2018**. IESALC-UNESCO. Extraído de <www.iesalc.unesco.org/ve/.../declaracioncres20181406.pdf>, acesso em 26 ago 2018

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2. Ed., 1. Ed. 1972, 1977.

Federación Universitaria de Córdoba – FUC. **Manifiesto Liminar**. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América. Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba-1918. In: Tauber, Fernando. Hacia el segundo manifiesto: los estudiantes universitarios y el reformismo hoy. - 1a ed. - La Plata : EDULP, 2015 p. 35-39.

Fundação Ulysses Guimarães. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015

Guimarães, L.. **Valor Econômico**. “Corte de verba ‘expulsa’ pesquisadores do país”. Extraído de <<http://www.valor.com.br/brasil/4961558/corte-de-verba-expulsa-pesquisadores-do-pais>>, publicado em 09 maio 2017, acesso em 30 Julho 2017.

Martello, A.; Alvarenga, D. Levy deixa Fazenda após 11 meses no cargo e sucessivas derrotas. **G1 - Economia** (Grupo Globo). Extraído de <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/levy-deixa-fazenda-apos-11-meses-no-cargo-e-sucessivas-derrotas.html>>. Publicado em 08 Janeiro 2016. Acesso em 30 Julho 2017.

Miller, E.H. The inescapable weight of my \$100,000 student debt. **The Guardian**. 21 ago 2018. Extraído de <<https://www.theguardian.com/news/2018/aug/21/the-inescapable-weight-of-my-100000-student-debt>>, acesso em 26 ago 2018.

OLIVEIRA, I. B.; SÜSSEKIND, M. L. Das teorias críticas às críticas das teorias: um estudo indiciário sobre a conformação dos debates no campo curricular no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-20, 2017.

VARELA, Bartolomeu L. O global e o local nos processos de prescrição e realização do currículo e na promoção do *conhecimento universal*. O caso da Universidade de Cabo Verde*. In: MORGADO, J. Carlos; MENDES, Geovana M. L.; MOREIRA, Antônio Flávio; PACHECO, José Augusto. **Currículo, Internacionalização e Cosmopolitismo: Desafios Contemporâneos em Contextos Luso-Afro-Brasileiros**. São Tirso: De facto, 2015.

ROMANZOTI, Natasha. Estranho mapa do mundo baseado na produção científica. **Extraído de:** <http://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>. Publicado em 14 de julho de 2015. Acesso em 30/07/2017

SANTOS, B. de S.. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. - CEBRAP [online], n.79, p. 71- 94, 2007.

SANTOS, B. de S.. MENEZES, M. P.. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution: what it means, how to respond**. Disponível em:<<https://www.weforum.org>>. Acesso em: 30 Julho. 2017.

VISVANATAN, S. **The search for cognitive justice**. Seminar: Knowledge in question. (2009). https://www.india-seminar.com/2009/597/597_shiv_visvanathan.htm

